

## **Moção a apresentar no Encontro Nacional de 7 de Dezembro de 2016**

Considerando que:

- 1 – A complexidade crescente das populações escolares deveria exigir, mais do que nunca, condições de trabalho que permitissem ao conjunto dos professores e educadores dotar-se de meios científicos e pedagógicos para responder, de forma assertiva, às necessidades de formação dos alunos;
- 2 – Tal objectivo só poderá ser concretizado num clima de cooperação entre o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- 3 – Em vez disto, são impostas aos docentes cargas horárias desumanas, repletas de múltiplas tarefas burocráticas, por vezes de forma refinada, deixando-os exaustos e sem tempo para realizar o trabalho que, de facto, devia ser o seu (preparar as aulas e gerir o processo de formação dos seus alunos);
- 4 – Continuam a abater-se sobre os professores todas as consequências negativas das reformas que têm sido impostas, sobretudo a partir do caminho aberto pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues e prosseguido pelo ministro Nuno Crato, colocando os professores como meros executantes da “cadeia de comando” em que se transformou a organização das escolas;
- 5 – Há agrupamentos onde o próprio funcionamento ultrapassa o limiar da legalidade, sujeitando os professores a realizar reuniões convocadas de um dia para o outro, ou a cumprir tarefas em tempo recorde, em nome do respeito por “normas de execução permanente” (NEPs), como se o seu estatuto fosse militar;
- 6 – Um sistema que desvaloriza e condena os seus professores e educadores à exaustão está a comprometer o processo de formação democrática do povo português;
- 7 – Os professores e educadores não aguentam mais! É preciso dizer basta!

O Encontro Nacional de docentes em representação das escolas/ agrupamentos/ sectores de Educação e Ensino

I - Destaca do Caderno reivindicativo da FENPROF:

- a) a denúncia da actual irracionalidade dos horários dos docentes, nomeadamente pondo termo à inclusão na componente não lectiva de estabelecimento de práticas que são de facto lectivas (designadamente as coadjuvações e o apoio não individualizado de alunos), diminuindo a carga burocrática e o excesso de intermináveis reuniões e, no caso do 1º ciclo, considerando os intervalos como incluídos na componente lectiva do horário;
- b) a exigência da alteração do modelo de gestão e administração das escolas/agrupamentos, de modo a acentuar a sua democraticidade, que não é garantida

com o actual modelo do director, situação agravada pelo facto de a ele estarem intrinsecamente submetidos os Conselhos pedagógicos e os órgãos intermédios.

II - Partindo destas reivindicações, exige ao ministro da Educação que, como prioridade imediata, tome as disposições necessárias para proibir os abusos e arbitrariedades que estão a abater-se, de forma sistemática, sobre os docentes; e estipule que a responsabilidade pela eleição dos Conselhos pedagógicos e restantes órgãos intermédios volta a pertencer unicamente ao corpo docente da escola/agrupamento.

### **Signatários**

**Luísa Patrício** – Agrupamento de S. Julião da Barra (Oeiras); **Carmelinda Pereira** – Docente aposentada; **Paula Cristina Santos** – Agrupamento Frei Gonçalves Azevedo (Carnaxide); **Adélia Gomes** – Docente aposentada; **Ana Tavares** – Agrupamento Santa Catarina (Cruz Quebrada / Dafundo); **Joana Miguel Nunes** – Docente aposentada; **Sílvia Timóteo** – Agrupamento Padre Alberto Neto (Rio de Mouro); **José Luz** – Agrupamento Nuno Gonçalves (Lisboa); **Maria Isabel Santos, Elsa Tavares, Maria Hermínia Paiva, António Sá, Maria da Graça Teixeira e Mário Calado** – Agrupamento de S. Julião da Barra (Oeiras); **António Brinco** – Agrupamento Monte Caparica;